

Perceber a diferença: a observação participante enquanto metodologia na investigação sócio-espacial

Perceiving the difference: participant observation as a methodology in socio-spatial research

Gabriel Barth da Silva¹, Júlia Silveira²

Resumo

O presente ensaio pretende debater como é possível trabalhar com a percepção de eixos de diferenciação em contextos de investigações sócio-espaciais, contribuindo para a construção do campo do Planejamento Urbano, que vivencia constantes crises epistemológicas desde sua origem recente. Essa contribuição interdisciplinar se contextualiza na demanda das dimensões do objeto urbano, cuja reflexividade teórica, tradicional das Ciências Sociais, não tem historicamente sido atendida. Pensar as diferenças a partir de eixos de diferenciação contribui para fornecer uma sensibilidade no olhar do investigador quando em campo, buscando demonstrar, a partir da metodologia de observação participante, possíveis caminhos para pensar potenciais soluções de dilemas epistemológicos e metodológicos referentes ao trabalho sócio-espacial.

Palavras-chave: diferença, observação participante, planejamento urbano, epistemologia, interseccionalidade

Abstract

This essay aims to discuss how it is possible to work with the perception of axes of differentiation in contexts of socio-spatial research, contributing to the construction of the field of Urban Planning, which has experienced constant epistemological crises since its recent origin. This interdisciplinary contribution is contextualized in the demand for the dimensions of the urban object, whose theoretical reflexivity, traditional in the Social Sciences, has not been historically met. Thinking about differences based on axes of differentiation contributes to providing sensitivity in the researcher's gaze while in the field, seeking to demonstrate, based on the methodology of participant observation, possible ways to think about potential solutions to epistemological and methodological dilemmas related to socio-spatial work.

Keywords: difference, participant observation, urban planning, epistemology, intersectionality

¹ Universidade Federal do Paraná, Brasil, gabrielbarths [at] gmail.com

² Universidade Federal do Paraná, Brasil, julia.silveira [at] ufpr.br

Introdução

O presente ensaio pretende, por meio de um debate proporcionado por teorias que debatem a diferença a partir dos eixos de gênero, raça, deficiência e classe, refletir sobre o refinamento do olhar do pesquisador de questões urbanas com base em aspectos que atravessam a realidade sob observação. Refletindo sobre o tópico, nosso mote para o presente trabalho é: a diferença não possui uma negatividade intrínseca, pois não é necessariamente acompanhada de desigualdade, apesar de tomar essa forma em diversas configurações urbanas brasileiras. Consideramos os eixos de diferenciação enquanto pontos centrais para pensar a reflexão sobre determinadas práticas locais, suas significações e suas experiências dentro da própria comunidade que habita os espaços urbanos com referência a si e aos eixos compartilhados por grupos externos a ela. Acreditamos que o diálogo acerca da diferença pode contribuir com a demanda interdisciplinar exigida pela investigação da realidade sócio-espacial urbana.

Para estabelecer o debate sobre os eixos de diferenciação, buscamos apoio na produção acadêmica de Brah (2006), Carneiro (2023), Coelho (2010), Connell (2016), Davis (2016), Fanon (2020), hooks (2020), Lugones (2014), Lopes (2022) e Oyèwùmí (1997). Esse recorte foi delimitado a partir de uma tentativa de contemplar diversos eixos que indicam diferenças subjacentes e explícitas no cotidiano ao realizar uma análise, permitindo observar algumas minúcias na realização de trabalhos sobre dinâmicas sociais de um determinado espaço. Para refletir acerca da articulação entre o espaço e a diferença, dialogamos com Caldeira (2016), Foucault (2022), Maricato (2002), Marins (1998) e Santos (2007). Enquanto isso, para pensar a realidade da pesquisa urbana, elencamos Brenner (2018), Cordeiro (2010), Kapp (2021), Lefebvre (1999), Pírez (2018), Randolph (2013) e Ribeiro (2007). Para indicações de diretrizes para pesquisas urbanas que possam ser dialogadas com a literatura dos eixos de diferenciação previamente citada, evocamos o trabalho de Adler, Adler & Johnson (1992), Burgess (1997), Malinowski (2014), Peirano (2014), Raposo (2014), Strathern (2014) e Whyte (2005).

No âmbito da realização dessa proposta, percebemos a incoerência de redigir um texto na terceira pessoa, já que partimos de uma lente epistemológica que não coexiste com uma pretensa neutralidade científica, tampouco a possibilidade de apagar-nos enquanto sujeitos para deixar que um texto fale por si só, como se a ciência estabelecesse uma comunicação a partir de sua própria voz. Considerando as referências que iremos trabalhar a seguir, é possível compreender que a suposição de neutralidade pressupõe uma voz que irá comunicar os conhecimentos refletidos, e os perigos de cair em uma armadilha de promover uma construção de conhecimento hegemônica que parte de uma identidade ideal para comunicar os saberes. As reflexões possibilitadas pela polifonia só são viáveis a partir do reconhecimento das diferentes vozes.

Pretendemos, com a presente proposta, refletir sobre o modo como eixos de diferenciação podem aprofundar a investigação urbana, que já se beneficia muito de pensar a diferença em seus próprios termos e lógicas como no trabalho de Whyte (2005), mas também ressaltando a necessidade de atenção para uma sensibilidade de observar as atitudes e práticas mesmo quando não há um Outro presente. Como Pedro Lopes discorre: “um contexto no qual não há nenhuma mulher também é profunda e constitutivamente marcado por gênero, um contexto no qual só há pessoas brancas pauta-se fundamentalmente por lógicas raciais” (2022, p. 303).

Eixos de diferenciação: pensando raça, gênero, deficiência e classe

Entender as sobreposições de diferenciações sociais, como as de raça, gênero, deficiência e classe, exige adotarmos uma perspectiva interseccional. Essa perspectiva pode ser percebida em diversos trabalhos dos estudos de gênero, de negritude, de decolonialidade, etc. Lugones (2014) ressalta como o processo de colonização adota a dicotomia homens/mulheres como normativa social que marca o pertencimento à sociedade civil, sustentando o sufocamento da diferença colonial. Não é possível, portanto, discutir colonialidade sem perceber como a imposição colonial e sua relação opressiva sustenta o sistema de gênero. Esse é o tipo de posição que marca a interseccionalidade, em que eixos de diferenciação social se relacionam historicamente e são encarnados em determinados

momentos simultaneamente, complexificando a análise de qualquer situação que não perceba a interação dessas experiências em um determinado contexto social.

Mesmo sem utilizar esse termo explicitamente ao longo dos textos, diversas autoras pensam essa intersecção de eixos de diferenciação. Brah (2006) reitera como deve haver uma posição que vá contra essencialismos históricos e culturais - como ao analisar feminismos negros e brancos, que não são fixos e em oposições, mas são "campos historicamente contingentes de contestação dentro de práticas discursivas e materiais" (2006, p. 331), em que o gênero é "constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder" (2006, p. 341). Investigar a diferença a partir de uma ótica interseccional seria, portanto, pensar como ela se constitui e se organiza nas esferas da economia, da cultura e da política, com sistematicidade. Esse tipo de perspectiva pode ser percebido no trabalho de hooks (2020): deve haver um esforço global para a transformação social, considerando a necessidade de uma revolução que abarque inclusive os homens, envolvendo uma nova ordem social que estabeleça novos modos de existência nas diversas esferas de classe, gênero, raça, entre tantas outras.

Esse esforço de análise interseccional exige, porém, que tenhamos um cuidado para não nivelar todos os eixos de diferenciação com o mesmo peso em uma determinada situação. É necessário perceber como cada eixo interage nessa intersecção, mas também como ganha novos contornos. Conforme Davis (2016) reitera, mulheres negras trabalham mais fora de casa que mulheres brancas, gerando um padrão no mercado de trabalho que é um legado da escravidão, em que o ponto de partida da exploração se dá pelo trabalho. Isso ecoa aspectos do sistema escravagista que definia pessoas negras como propriedade. O peso do eixo de diferenciação de negritude, como unidade de trabalho, pesava mais que o de gênero, porém o gênero poderia tomar maior peso em algumas situações, como em situações de vítimas de abuso sexual e de outros maus-tratos vinculados ao gênero.

Algumas reflexões também são importantes ao propor uma análise interseccional. Brah (2006) debate sobre a importância de não localizar a desigualdade apenas nas vítimas da mesma, mas de também analisar como todas as pessoas são constituídas por raça e gênero, sendo brancos ou pretos, homens ou mulheres, por exemplo. Também é importante explicitar, no que se refere à diferença e desigualdade, que não devemos aliá-las de forma indissociada. Brah (2006) expressa o perigo dessa atitude, uma vez que a diferença, não atuando sempre como um fator hierarquizante e opressivo, torna-se, portanto, "uma questão contextualmente contingente saber se a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política" (2006, p. 374).

Nesse tipo de análise, inclusive, deve-se atentar para não utilizar características e conteúdos essencialistas e ahistóricos ao observar um eixo de diferença. A crítica de Oyèwùmí (1997) torna-se importante nesse contexto, ao demonstrar, por exemplo, que gênero, enquanto categoria social conhecida no ocidente, não existia na Iorubalândia antes da colonização, o que implica reconstruir a história dos discursos sobre os gêneros para compreender a realidade local. É assinalado pela autora como a bio-lógica, que carrega um determinismo biológico, marca as noções de gênero ocidentais, que foram impostas às sociedades africanas. Para a autora, portanto, é importante perceber como gênero não é uma categoria inerente à organização humana, e como em sociedades como a Iorubá as posições sociais eram relacionais e, portanto, variavam com as interações, sem cristalizar e essencializar as identidades. A leitura interseccional implica, portanto, reflexões diversas sobre como os eixos de diferenciação atuam.

No caso brasileiro, podemos perceber a leitura interseccional a partir do trabalho de Sueli Carneiro. Pensando a partir da noção de dispositivo de Michel Foucault, Carneiro (2023) expõe como um dispositivo sempre é ferramenta de poder, operando em determinado campo a partir de múltiplos elementos que em relação. Nessas relações, o dispositivo fica disponível para ser ativado e instrumentalizado em circunstâncias e momentos estratégicos, demarcando componentes heterogêneos. Para a autora, essa dinâmica permite perceber e analisar práticas de racismo no Brasil, que se realimentam e se rearticulam a partir de um objetivo estratégico com efeitos ontológicos que são construídos pela enunciação do Outro.

Ao discutir sobre as reverberações do uso de dispositivos no campo ontológico, Carneiro (2023) elabora como é constituída uma unidade que detém uma identidade padrão, que existe, necessariamente,

atrelada a uma exterioridade oposta. A identidade ideal é caracterizada a partir da negação dessa exterioridade e diferença do Outro imóvel, já que esse movimento manifesta como positivo um eu que é percebido como Ser. Aprofundando o debate sobre o trabalho de Michel Foucault, a autora ressalta como há inicialmente uma autoafirmação do corpo burguês, que torna-se inicialmente Ser para então transformar o paradigma da humanidade de outros grupos sociais de modo a encaixá-los na categoria de Outro. Nesse processo, identidades de gênero e raciais são configuradas a partir desse dispositivo ontológico. Essa dinâmica pode ser percebida no trabalho de Frantz Fanon: “Na Europa, o negro tem uma função: representar os sentimentos inferiores, as más índoles, o lado obscuro da alma” (Fanon, 2020, p. 201). Como Carneiro (2023) analisa, o branco torna-se sinônimo de humanidade, e a medição da distância desse padrão hierarquiza os sujeitos.

Recuperando o debate de Charles Mills sobre o “contrato racial”, Carneiro (2023) ressalta como, nas dinâmicas raciais, é estruturado um contrato entre pessoas brancas, que são consideradas as “pessoas que importam”, designando quem é subjugado a partir da violência. Isso envolve desde instituições brancas que produzem saberes sobre pessoas negras, deslegitimando a atuação de pesquisadores e ativistas negros, até à condição de um não reconhecimento coletivo na inclusão social, através de processos individualizados em excepcionalidades que pressupõem negar a identidade racial nos discursos e práticas.

No âmbito da análise das dinâmicas de gênero, Connell (2016) explicita como essa prática não pode limitar-se a abordagens estáticas e categóricas. Evocando o debate de Kirkwood, a autora enfatiza, por exemplo, como a voz política das mulheres vinculou-se no Chile do século XX a partir de uma cultura política pré-colonial que, por sua vez, também se formava no âmbito de uma determinada ordem política e econômica mundial. Estabelecer uma voz das mulheres mantém-se necessário, pois a revolução de classe e o fim da colonização não estão vinculados ao fim das injustiças relacionadas ao gênero, que tomam formas específicas em cada contexto colonial e global.

Como Connell (2016) reitera, não é possível separar o gênero de diversos outros processos sociais e estruturas, pois ele situa-se junto das “estruturas de poder e reviravoltas econômicas, no movimento das populações e na criação das cidades, na luta contra o *apartheid* e nos lapsos do neoliberalismo, nos efeitos institucionais das minas, prisões, exércitos e sistemas educacionais” (2016, p. 33). Os processos são, portanto, necessariamente pensados a partir de dinâmicas coletivas, e “não são facilmente compreendidos pelo individualismo metodológico, ou por um foco na consciência ou na identidade como aspectos do indivíduo” (2016, p. 34). São compreendidos processos na história entre jogos de corpos e cultura que constantemente se transformam.

No que diz respeito à questão de classe, Coelho (2010) permite aprofundar os debates sobre a diferença ao inseri-los nos estudos de micropolítica das emoções. Pensando a partir do trabalho de Lutz & Abu-Lughod, de base foucaultiana, a autora percebe as expressões de emoções enquanto “tributárias de relações de poder entre grupos sociais, servindo simultaneamente para expressar e reforçar tais relações” (Lutz & Abu-Lughod, 2010, p. 268).

Entrevistando famílias vítimas de assaltos em seus domicílios, Coelho (2010) consegue interpretar diversas conexões das expressões emocionais das vítimas com narrativas estruturais vinculadas, predominantemente, com diferenças de classes. De comentários sobre a “ignorância” de diálogos no momento do assalto que se associam com o sentimento de desprezo, até, evocando o trabalho de Candance Clark sobre a “sociologização” de leituras dos sujeitos sobre suas ações, a isenção de culpa em relatos sobre as práticas ao situar quem as pratica em seu ambiente social que constitui e conforma as ações que advém dele. Outros sentimentos são centrais para compreender o trabalho de Coelho (2010), como a presença da “pena” enquanto vínculo de compaixão que demonstra uma assimetria, distinguindo sujeitos a partir de quem dá e recebe essa compaixão. Para a autora, “em sua capacidade micropolítica, desprezo e compaixão restabeleceriam a hierarquia ameaçada pela invasão das casas, pela expropriação de bens, pelos xingamentos e ameaças, pelas eventuais agressões físicas” (2010, p. 281). Os sentimentos apresentam uma percepção da violência urbana que é vinculada às diferenças de classe, e a busca de reestabelecimento dessa hierarquia a partir dos sentimentos e sua expressão, formando “um complexo emocional dotado de uma dinâmica específica dessas situações de vitimização, capaz de nos fornecer um guia para a compreensão da experiência subjetiva associada a certa percepção da violência” (2010, p. 282).

O trabalho de Lopes (2022), por sua vez, busca pensar a deficiência em uma reflexão sobre

“[...] nossos repertórios imaginativos, nossas suposições acerca do que pode e do que não pode um corpo, nossas compreensões sobre o que é ser sujeito, nossas linguagens sobre igualdade, diferença e hierarquia, nossos horizontes de desejo, nossos horizontes políticos, nossas compreensões de moralidade, nossas compreensões do que é bom, do que é íntegro, do que é completo, do que é humano, do que é compartilhado ou universal.” (Lopes, 2022, p. 299)

Para Lopes (2022), na produção de diferença, as formas de opressão são articuladas com as formas de classificação. Ao trabalhar com a diferença, a articulação de marcadores sociais aproxima campos políticos e disciplinares, orientando a análise. Deve-se pensar nas posições hegemônicas que pressupõem uma universalidade não marcada.

Há uma ideia retomada por Lopes (2022), também presente em Carneiro (2023), sobre uma disputa ontológica vinculada aos sentidos da diferença. Lopes (2022) indica que raça, gênero, deficiência e sexualidade compartilham um substrato histórico que justifica suas articulações, se inscrevendo na “explicação naturalizada da desigualdade social por um processo histórico relativamente compartilhado entre os campos das ‘ciências do homem’ desde o século XIX” (2022, p. 308). A desigualdade social é inscrita no sujeito em sua totalidade, não sendo apenas no intelecto do sujeito mas, como Fanon (2020) ressalta, pela “epidermização dessa inferioridade” (2020, p. 25). Os desejos e os potenciais são marcados pelas desigualdades advindas da cena científica das diferenças do século XIX, como defende Lopes (2022), e as ciências racistas, sexistas e capacitistas da modernidade “produziram narrativas naturalizantes que inscreveram no corpo das pessoas as diferenças sociais que elas viviam em função de estruturas de desigualdade” (2022, p. 309). A deficiência pode operar como termo de nomeação do sistema, indicando posições e experiências que os corpos assumem.

É explicitado por Lopes (2022) como, inclusive, as medidas de inteligência são questionadas a partir de uma leitura pelo marcador de diferença da deficiência. Partindo da análise de Stephen Jay Gould sobre o quociente de inteligência (QI), é possível perceber como os testes de inteligência hierarquizam grupos raciais e de gênero a partir da aptidão cultural no mundo euro-estadunidense letrado, resultando em uma desigualdade intelectual que advém de dinâmicas sociais referentes ao “desigual cultivo de competências culturais, marcado por linhas de raça e gênero, e atribuiu as hierarquias desses resultados às disposições orgânicas das pessoas” (2022, p. 315). Além disso, em uma dimensão gramatical, a deficiência assume categoria historicamente atrelada à escassez de destinos.

A presente proposta para perceber a diferença pode ser resumida em como é disposta no final do trabalho de Lopes (2022). A diferença é social, hierárquica, interseccional, positiva, contextual e sistêmica. Deve-se atentar para todas essas instâncias na análise da realidade para poder captá-la e, para isso, promovemos o debate para pensar as diferenças nos estudos sócio-espaciais. Para isso deve-se, primeiro, compreender como a cidade é composta e segregada pela diferença.

A cidade urbana, o espaço e os eixos de diferenciação

O espaço urbano é marcado pela diferença e segregação. A cidade, segundo Lefebvre (1999), é o nível no qual se articulam a escala global e o privado, sendo o nível intermediário entre essas relações. O nível da cidade urbana contém as interações entre a escala do abstrato e das representações, e a escala do habitar, das “funções urbanas relacionadas ao território circundante e funções internas” (1999, p. 80). Na cidade, enquanto nível mediador, reside a interação entre múltiplas imagens e representações da diferença, materializadas no contato com o nível das relações diretas.

Historicamente, a diferença nas cidades é percebida como algo a ser gerido. Michel Foucault (2022), em *Microfísica do Poder*, assinala como a formação do Estado moderno se relaciona com uma preocupação sanitária visando a ações efetivas e organizadas para elevar o nível de saúde, criando uma polícia médica que promove um sistema mais completo de observação da morbidade e um aumento da normalização de práticas e de saberes médicos. Nesse contexto, é criada uma organização administrativa que controla a atividade dos médicos, além de serem formados funcionários médicos com responsabilidade governamental sobre uma região.

É percebido por Foucault (2022) como a medicalização da cidade no século XVIII permitiu o

desenvolvimento de uma medicina urbana ao estabelecer seus parâmetros coletivos, sociais e urbanos. Mesmo que inicialmente os pobres não fossem vistos enquanto perigo para a saúde coletiva, isso muda no segundo terço do século XIX, quando “a população pobre tornou-se uma força política capaz de se revoltar ou, pelo menos, de participar de revoltas” (2022, p. 165), com “o estabelecimento de um sistema postal e um sistema de carregadores, o que produziu uma série de revoltas populares contra esses sistemas que retiravam dos mais pobres o pão e a possibilidade de viver” (2022, p. 165) e com a “coléra de 1832, que começou em Paris e se propagou por toda a Europa, cristalizou em torno da população proletária ou plebéia uma série de medos políticos e sanitários” (2022, p. 165). Nessa época, o espaço urbano é dividido entre zonas pobres e ricas, sendo percebido enquanto um perigo a coabitação das classes, gerando organizações de bairros e residências marcadas entre ricas e pobres.

Foucault (2022) analisa que a medicina inglesa começa a adentrar no tecido social e na gestão do urbano quando a legislação começa a comportar um controle médico da classe pobre. A assistência controlada permite uma intervenção que pressupõe uma ajuda aos pobres e a satisfação de suas necessidades referentes às necessidades de saúde, já que a pobreza não assegura esse trabalho, ao passo que isso também responde ao desejo das classes ricas de evitar serem “vítimas de fenômenos epidêmicos originários da classe pobre” (2022, p. 167). O entrelaçamento da história das intervenções urbanas e da diferença também é relatado por Hall (2016). As condições de vida nos cortiços ingleses do século XIX abalaram a noção de moralidade da sociedade vitoriana, a qual associava o ambiente de pobreza com crime, doença e vício. Essa associação conduziu a sociedade ao entendimento que a problemática habitacional é de responsabilidade do Estado, a fim de erradicar esses espaços de percebida imoralidade.

Na aurora do regime republicano brasileiro, as elites buscaram uma estreita diferenciação espacial nas antigas cidades imperiais (Marins, 1998). A geografia da segregação separou em bairros os segmentos sociais das cidades dilatadas com as migrações e o fim da escravidão, tendo sido gerada por uma ânsia de constituir vizinhanças homogêneas. Esse processo de racionalização civilizatória para administrar esse Outro levou a atuação do Estado brasileiro na promoção de uma urbanização excludente, que tem, historicamente, uma relação dialética de destruição e dependência com os espaços autoproduzidos. Essas conjunturas revelam uma dinâmica de necessidade e aversão à diferença nas cidades.

Espaço e diferença relacionam-se com cidadania, compondo uma tríade que articula-se de diferentes maneiras. Milton Santos (2007) assinala como o “componente cívico supõe a definição prévia de uma civilização, isto é, a civilização que se quer, o modo de vida que se deseja para todos, uma visão comum do mundo e da sociedade, do indivíduo enquanto ser social e das suas regras de convivência” (2007, p. 17). Considerando essa definição, ao pensar no Terceiro Mundo, o geógrafo recorda como, nos países subdesenvolvidos, há sujeitos que são mais cidadãos, que são menos e os que ainda não são. Para o autor, deve-se pensar a cidadania de forma multidimensional, em que cada dimensão se articula visando um sentido de vida, na busca de um futuro a partir de uma concepção de mundo. Porém, essa reivindicação de possibilidade de cidadania está, necessariamente, ligada ao território:

“Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais, ou menos, cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto um lugar vem a ser condição de sua pobreza, um outro lugar poderia, no mesmo tempo histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhe são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhe faltam.” (Santos, 2007, p. 107)

Kowarick (2000) também elabora sobre a expressão espacial do que chama de subcidadania nas cidades brasileiras. Para o autor, as condições de clandestinidade e ilegalidade das formas de vida informais na cidade negam o acesso aos direitos básicos para a vida cidadina. Formam-se as identidades do subcidadão público e seu contraponto – o “cidadão privado”, que realiza um projeto in-

dividual de sucesso por meio da propriedade privada legal. Essas categorias identitárias moldadas a partir da diferença segregam o cidadão da periferia, cuja existência advém da periferização da moradia popular viabilizada a partir do avanço dos sistemas de transporte. Maricato (2002) explora a reprodução dessa diferença no urbanismo brasileiro, ao denunciar que ele não se compromete com a realidade concreta da população, atuante somente em nome da cidade legal e não reconhecendo a cidade informal. O desamparo estatal contínuo da população pauperizada resulta na reprodução de desigualdades. A autora assinala como, para a cidade ilegal, não há planos, pois não há seu reconhecimento ou de suas características experienciadas na realidade.

A coexistência da diferença nas cidades não se dá de maneira estática. Caldeira (2016) reitera como “a segregação – tanto social quanto espacial – é uma característica importante das cidades” (2016, p. 211). A organização do espaço obedece às regras e padrões de diferenciação social e de separação. Dito isso, a autora ressalta como “as transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns” (2016, p. 211). Criam-se, como a antropóloga nomeia, “enclaves fortificados”, que são espaços privados, fechados e monitorados, servindo à gestão da vida cotidiana de seus membros, com a justificativa do medo do crime violento. A segregação não necessariamente obedece mais à dinâmica de centro-periferia separados por grandes distâncias, e a transformação da vida e dos espaços públicos são reconfigurados nesse processo. Essa adaptação ainda é acompanhada por uma separação e pressupõe eixos de diferenciação latentes e explícitos.

Portanto, é possível perceber como a divisão do espaço atravessa e constitui a vida a partir de processos históricos que representam e constituem instituições sociais. A produção do espaço acontece a partir do entendimento que a diferença deve ser gerida espacialmente. O nível do habitar, domínio das edificações das moradias, existe sobreposto ao nível global das representações no nível intermediário da cidade. A partir disso, entendemos que o espaço que se habita se relaciona com a identidade percebida de seus moradores, qualificando a percepção da diferença a partir de um referencial espacial. Esse entendimento permite dialogar com os dispositivos pensados previamente a partir do debate da diferença, realçando a necessidade da efetivação de uma leitura interseccional na análise sócio-espacial. Para esse efeito, abordamos de seguida a questão das abordagens interdisciplinares do objeto urbano e a necessidade reflexiva que o campo carece.

A pesquisa sobre cidade: a procura interdisciplinar da diferença

A pesquisa em Planejamento Urbano enfrenta desafios advindos da juventude do campo de pesquisa e do caráter interdisciplinar exigido pela realidade sócio-espacial urbana, experienciando rápida expansão (Randolph, 2013) e constantes crises epistemológicas advindas desde sua origem (Brenner, 2018). Ribeiro (2002) explicita o caráter mutável da configuração do campo, visto que está “em permanente transformação seja pela agregação de novas disciplinas e temáticas seja por ajustes teórico-conceituais e metodológicos trazidos pela expansão de suas fronteiras” (Ribeiro, 2002, p. 63). Randolph (2013) argumenta que, para um planejamento urbano comprometido com a transformação social, é necessária a coerência epistemológica que não seja determinada por temas ou objetos, mas unificada por uma visão de mundo interdisciplinar.

Para enfrentar a decadência das bases epistemológicas dos estudos urbanos, Brenner (2018) sugere novos mapas cognitivos, baseados em elementos internamente coerentes para um urbanismo crítico. Entre eles: i) a reflexividade teórica dos locais e objetos de pesquisa, desvelando a ideia das cidades enquanto locais de pesquisa transparentes e empiricamente coerentes; ii) a substituição do interesse de pesquisa das tipologias dos assentamentos (essências nominais) pelo enfoque da análise dos processos sócio-espaciais que produzem as paisagens heterogêneas do capitalismo (essências constitutivas); iii) um novo léxico e vocabulário de diferenciação sócio-espacial.

A interdisciplinaridade gera diálogos entre os estudos urbanos e as Ciências Sociais que atendem à necessidade de reflexividade teórica, como os trabalhos de Cordeiro (1997, 2010). As produções da autora acerca da etnografia urbana elaboram a articulação entre os diferentes níveis do território, estabelecendo tensão entre bairro e cidade. Ao inserir qualidades da pesquisa antropológica, como

a atenção às dinâmicas cotidianas e aproximação com o campo, a autora tece a história social do bairro da Bica de Lisboa (1997). Cordeiro ilumina problemáticas dos estudos urbanos a partir da Antropologia, como as implicações e dificuldades na determinação da escala nos estudos urbanos cujo objeto de estudo é o próprio recorte territorial (2010). Velho (1981) também afirmava a demanda do urbano por olhares de múltiplas disciplinas ao contribuir para o estabelecimento da Antropologia Urbana brasileira. O autor, ao estudar as camadas médias urbanas do bairro de Copacabana, percebeu-o a partir da diferenciação de outros bairros do Rio de Janeiro, revelando as relações entre as identidades dos moradores e seu local, e as fronteiras simbólicas do território urbano.

As proposições de Brenner buscando novos vocabulários estão presentes em trabalhos como o de Pírez (2018) e Kapp (2012). Pírez explora a heterogeneidade de produção e consumo dos componentes da urbanização nas economias capitalistas latino-americanas, procurando extrapolar o binômio formal-informal para uma análise que enfoca na articulação e combinação das diferentes modalidades de produção habitacional. A investigação de Kapp desenvolve as tipologias (situação tipo de moradia e ambiente urbano) dos espaços cotidianos, procurando preencher a lacuna da dificuldade do Planejamento Urbano em atender a pequenas porções dos territórios e contribuindo para um novo léxico de diferenciação sócio-espacial.

A singularidade das formações periféricas dificulta a apreensão analítica do presente (Ribeiro, 2007). A orientação para o estudo e entendimento dos espaços autoproduzidos é expressada pelas pesquisas de Pírez e Kapp, que enfocam a criação de um léxico para a compreensão da implosão-exploração do urbano sobre o território. Ribeiro (2007) assinala que entradas analíticas da tradição reflexiva das Ciências Sociais têm sido secundarizadas em estudos recentes que apoiam o planejamento territorial. Entre eles, encontra-se o poder de determinação dos fatores culturais e ideológicos nos processos de marginalização social que interferem na experiência urbana. A leitura que se desenha é de um campo de estudos recentes, em constantes crises epistemológicas, que se sensibiliza para a diferença na esfera espacial, presente na geografia estratificada da cidade segregadora, e que responde à necessidade de análise dessa diferença com a criação de léxicos que categorizam e decodificam a dimensão sócio-espacial, produzindo uma visão que se enrijece sobre como interpretar a diferença.

Na expansão de trabalhos dos estudos urbanos, Brenner (2018) alerta para uma tendência sintomática das crises epistemológicas do campo: “o giro contextualista que se tornou moda entre muitos urbanistas [...], esses enfoques rejeitam as formas abstratas ou macroestruturas de argumentação em favor de narrativas baseadas em lugares específicos e descrições densas” (2018, p. 274). A partir da visão de Brenner, consideramos que os estudos urbanos necessitam do reconhecimento da atuação do nível global lefebvriano, ao passo que se enriquecem com o diálogo interdisciplinar das Ciências Sociais, para atribuir reflexividade ao campo de maneira que ele não se cristalice.

Entendemos que refletir interdisciplinarmente acerca de como os eixos de diferenciação se articulam a partir de diferentes referenciais locais significa atender aos direcionamentos para estudos urbanos críticos, respondendo ao convite para a reflexividade sobre os locais de pesquisa e suas espacialidades e sociabilidades. A demanda do objeto urbano é a interdisciplinaridade – a secundarização da tradição reflexiva das Ciências Sociais nos estudos urbanos é uma advertência posta. A busca de metodologias para a criação de novos léxicos processuais está presente, e o campo dos estudos urbanos ainda carece de aprendizagem acerca de como responder. Para isso, pensamos como a observação participante dispõe da sensibilidade necessária para a realização de uma análise que contemple as dificuldades e as complexidades da realidade.

A sensibilidade para a diferença na observação participante

Para compreendermos o método de observação participante, é importante, inicialmente, entendermos como se situa nas escolas de pensamento das Ciências Sociais. Uma abertura possível para compreender os debates em torno dessa metodologia se dá a partir dos estudos etnográficos. O trabalho etnográfico, para Strathern (2014), ocorre em um momento de imersão que é “ao mesmo tempo total e parcial, uma atividade totalizante que não é a única em que a pessoa está envolvida” (2014, p. 345). Para a autora, a etnografia é composta pelo trabalho de campo e pela escrita, que só funciona se for uma “recriação imaginativa de alguns dos efeitos da própria pesquisa de campo”

(2014, p. 346). Há a necessidade de rearranjar as ideias e narrativas do campo para a construção dos argumentos e das análises. Esses consideram e se complexificam com a experiência de campo, já que uma atividade não se conforma com a outra, o que implica recordar as condições teóricas na base da investigação e ceder, simultaneamente, às ideias que surgem na experiência do campo. A autora recomenda, para isso ocorrer, que existam dois momentos de imersão, no campo e longe do campo, para recriar os efeitos de práticas e artefatos na escrita sobre eles, em que a escrita que começa em campo se conduz para a análise. O momento etnográfico seria do desenvolvimento desses dois momentos, sendo uma relação como signo linguístico que junta significante e significado. Portanto, todo “momento etnográfico, que é um momento de conhecimento ou de discernimento, denota uma relação entre a imersão e o movimento” (2014, p. 350).

Peirano (2014) assinala que os dados de campo que geram, principalmente, questionamentos e fontes de renovação, advêm de um trabalho etnográfico composto a partir de tudo que afeta os sentidos, dos acontecimentos e das palavras até aos cheiros. Além disso, a autora sustenta que o trabalho etnográfico revela sempre novas teorias, já que essas resultam “do diálogo dos pesquisadores com os sujeitos, as pessoas: a teoria da linguagem de Malinowski não é dele; é, principalmente, dos trobriandeses, e chegou a nós pelo talento do etnógrafo, ampliando nossa percepção (teórica) da linguagem” (2014, p. 385).

Nesse sentido, é importante chamar a atenção para a alteração proporcionada por Malinowski (2014) nas metodologias trabalhadas nos estudos etnográficos, em que o pesquisador se posiciona contra um estudo que retira os interlocutores de seu contexto e ignora seu cotidiano, assinalando como o antropólogo deve observar em primeira mão os próprios locais em que a vida cotidiana ocorre. É a partir desse movimento sobre como conduzir pesquisa de campo que o autor tenta compreender a perspectiva do nativo, envolvendo viagens, aprendendo a linguagem dos interlocutores e vivendo como um membro dessa comunidade durante a duração dos estudos.

O trabalho de Burgess (1997) assinala como houve uma virada com os campos da antropologia urbana, da antropologia médica, dos estudos de mulheres, entre outros exemplos, para trazer o foco de investigações para os próprios locais de residência dos investigadores. Nesse processo, houve uma grande reflexão sobre como a observação participante seria empregada nesses novos contextos, com tanta proximidade do pesquisador, necessitando a modificação dos métodos e do empréstimo de conhecimentos de outras disciplinas, como a Sociologia, para a realização dos trabalhos de campo.

Em sua obra sobre trabalhos de campos, recuperando a historicidade dos usos da observação participante em diversos contextos por antropólogos, Burgess (1997) discute como, nos Estados Unidos, os debates sobre o uso da observação participante no contexto urbano se deram principalmente a partir da Escola de Chicago. Becker (1996) recorda como Albion Small fundou, na Universidade de Chicago, o primeiro Departamento de Sociologia e a primeira revista de Sociologia do país. A Escola era definida, principalmente, por sua atividade, em que os pesquisadores trabalhavam juntos compartilhando certas ideias entre a maioria dos seus membros, mas não todos, o que não impedia o trabalho em conjunto. Elementos importantes que caracterizam a Escola são: i) a noção de interação simbólica, afirmando como uma expressão pode ter diversos significados; ii) a oposição a noções como organização e estrutura social; iii) a organização social enquanto pessoas que fazem a mesma coisa juntas durante muito tempo; iv) a unidade básica de estudo é a interação social; v) a formação do sistema de parentesco por ações de pessoas que atuam de acordo com a expectativa do que parentes devem fazer, que só se sustenta enquanto fizerem essas ações; vi) a ecleticidade em relação aos métodos, dando importância à realização de entrevistas, à coleta de dados e à busca e organização de dados históricos; vii) a compreensão do contexto dos fatos estudados enquanto fundamental, devendo compreender, por exemplo, uma enorme quantidade de informações reunidas e publicadas sobre a cidade a ser investigada. A Escola se tornou uma perspectiva de como abordar problemas de pesquisas que são vigentes até os dias atuais.

O trabalho de William Foote Whyte se relaciona com a Escola de Chicago, pois foi lá que realizou seu doutoramento em Sociologia, durante o qual realizou seu trabalho *Sociedade de Esquina*. Essa obra, como ressaltam Adler, Adler & Johnson (1992), possui diversos elementos que constituem um clássico, e foi uma mudança paradigmática nos estudos de observação participante. Com a publicação do apêndice metodológico junto ao trabalho, a obra permitiu uma maior validação dessa estratégia metodológica, mantendo-se uma literatura relevante para o estudo de pequenos

grupos sociais e nas reflexões acerca de como entender as dinâmicas sociais formadas nessa escala de vínculos e de interações sociais. Além disso, seu estilo narrativo, com simplicidade e clareza, ajudou na divulgação desse tipo de trabalho de campo, despatologizando e criticando a narrativa de que locais de baixo nível socioeconômico são “desorganizados”.

A compreensão de parcelas geográficas por meio de estatísticas ou observação momentânea não revela um componente central na organização sócio-espacial dessas áreas: as sensibilidades e os sentidos que atravessam o dia-a-dia das pessoas que as compõem. Na obra, Whyte (2005) argumenta que a leitura analítica desses espaços perpassa o conhecimento íntimo da vida cotidiana, não passível de redução a respostas de questionários, e somente acessível a partir da vivência e participação nas atividades cotidianas dos moradores. O autor argumenta que as informações previamente disponíveis à pesquisa, como notícias, apresentam uma tendência a relatar eventos específicos, não revelando os outros eventos que compõem a realidade local. Ao retirar as pessoas de seu contexto social e suas atividades rotineiras, padrões e relações são perdidas, incapacitando sua compreensão plena.

O trabalho de Whyte (2005), referência para a investigação em Políticas Públicas, pode ser pensado como uma porta de entrada para planejar uma investigação sócio-espacial interseccional. Realizado em Boston em 1937, em um bairro italiano de classe baixa, o economista buscou realizar uma investigação que parte da vivência das atividades cotidianas sobre uma área tida como problemática e desorganizada. Sem reunir dados exaustivamente antes do trabalho de campo, o trabalho e a metodologia do estadunidense permitem estruturar formas de investigar e pensar a diferença em comunidades urbanas.

Os resultados de Whyte (2005) vislumbram uma organização social coesa e complexa, constituída a partir da uma historicidade própria que vincula-se com o fato do Estado ausentar-se nas suas obrigações para a promoção de cidadania, dialogando com o trabalho supracitado de Santos (2007), mas que não se limitava a um padrão de regiões altamente urbanizadas de Boston. A região investigada apresentava uma defesa sobre a paz local por meio do envolvimento com mafiosos, que estruturam regras internas e dinâmicas próprias que permitiam a organização comunitária. Diversos sujeitos ocupavam posições distintas no contexto local, desempenhando funções complexas próprias para assegurar a existência e o bem-estar comunitário.

A observação participante empregada por Whyte (2005) permite perceber a partir da própria realidade como as identidades são constituídas e vivenciadas pelos próprios sujeitos, adquirindo significados relativos à situação. Não se parte de uma identidade central para analisar todos os sujeitos a partir de seus critérios, mas é observado como, a partir das próprias dinâmicas locais, se dá a organização comunitária em seus próprios termos. Ao participar da vida cotidiana é possível complexificar os eixos de diferenciação, pois assim é possível chegar às narrativas compartilhadas por seus membros, seus sentidos e sua atuação, os quais qualificam os eixos. Entendemos que é no momento da interação que torna-se possível compreender as dinâmicas estabelecidas em um grupo social.

Porém, é necessário cuidado para levar até às últimas consequências o compromisso com o trabalho com as diferenças. Isso não significa esgotar todos os trabalhos e conteúdos produzidos sobre as identidades que são organizadas estruturalmente a partir e em torno de uma central, mas de haver a sensibilidade de conseguir compreender e refletir sobre as complexas dinâmicas que estão presentes simbolicamente. Como lembrado por Lopes (2022), mesmo sem haver os sujeitos subalternos que trazem marcadores de diferença que estruturam dinâmicas de desigualdade, essa desigualdade ainda estrutura o tecido das relações sociais entre os membros de determinada comunidade.

A observação participante permite avançar através do complexo universo simbólico que constitui diversos segmentos da sociedade. Concluímos que, ao passo que os segmentos compõem e participam de um universo macrossocial que institui diversos legados simbólicos e materiais de formas de lidar com a diferença, essas formas também adquirem contornos e particularidades locais. A investigação sócio-espacial, quando envolvida em uma leitura interseccional sobre os eixos de diferenciação, permite construir conhecimentos que abarquem uma diferença e que visem observá-la não apenas pela lógica da desigualdade, mas também por todas as qualidades que compõem os diferentes sujeitos especificamente situados, permitindo elaborar conhecimentos que

se materializem em práticas emancipatórias comuns.

As diversas propostas que compõem o presente trabalho permitem criar uma janela para observar possíveis caminhos epistemológicos e metodológicos para a condução de investigações que visem a se engajar com o debate acerca dos marcadores sociais. Entre leituras sensíveis para a diferença, está o trabalho de Raposo (2014). A investigação do autor acerca dos jovens dançarinos de *break dance* na Maré, complexo de favelas do Rio de Janeiro, ressignifica os eixos de diferenciação a partir do referencial espacial do território de estudo. A identidade de dançarinos e moradores articulava-se de maneira indissociável, em que uma noção de coletividade era constituída entre os participantes do *break dance* que se sobreponha a diferenças econômicas dentro do grupo. A partir do trabalho de campo, o autor pôde observar que as sociabilidades associadas à cultura do *break dance* tomavam novos contornos dentro da Maré, em que os eixos de diferenciação atuavam sobre o referencial específico da comunidade.

Entendemos que a interseccionalidade deve chegar aos universos simbólicos que constituem diversos modos de existência e de práticas cotidianas, e a abordagem microsocial é um caminho possível para perceber as relações como elas se dão na realidade. As interações não se encerram em si mesmas, estando vinculadas com diversas instituições de saber e estruturas sociais que as compõem. O local desempenha um fator fundamental para saber os posicionamentos dessas atitudes internas em um grupo social. Nesse sentido, associar uma investigação sócio-espacial no nível da cidade com a lente microsocial permite estabelecer vínculos profundos dos discursos e das práticas corriqueiras com os processos históricos que compõem a realidade social.

Considerações finais

Buscamos refletir sobre como eixos de diferenciação podem responder a uma lacuna no pensamento da investigação urbana e de suas solicitações interdisciplinares. Entendemos a diferença enquanto realidade social, hierárquica, interseccional, positiva, contextual e sistêmica, que se expressa sócio-espacialmente ao longo do território. Enquanto a diferença pode se expressar e se experimentar enquanto desigualdade na realidade cotidiana, ao perceber o conjunto diferença-desigualdade enquanto fenômeno essencial da realidade, podem se perder outras lógicas que se representam no campo, com sujeitos que ocupam espaço e vivem de forma distinta do conhecimento que se estuda previamente ao avançar pelo contexto socio-espacial que se deseja estudar. As diferenças são relacionais e contextuais, exigindo a sensibilidade do olhar do pesquisador para perceber suas manifestações no dia-a-dia. Para a captura da realidade urbana, no entendimento de sua explosão-implosão do campo-cidade, devemos nos atentar para essas instâncias.

Os trabalhos de Brah (2006), Carneiro (2023), Coelho (2010), Connell (2016), Davis (2016), Fanon (2020), hooks (2020), Lugones (2014), Lopes (2022) e Oyěwùmí (1997) desenham um caminho para elaborar uma sensibilidade na observação de práticas sobre o Outro, que se fazem ouvidas mesmo quando não há um Outro presente, a partir do reconhecimento de sua existência fundamental. Os dispositivos raciais de Carneiro (2023), os discursos implícitos expressivos sobre a deficiência de Lopes (2022), as expressões emocionais que recompõem dinâmicas sociais estruturais de Coelho (2010) e a relação intrínseca das dinâmicas de gênero imbricadas no contexto sócio-histórico de Connell (2016) se materializam nos territórios com suas próprias particularidades, com seu acesso a cidadania (Santos, 2007), ao desenho urbano e suas implicações de segurança e violência (Caldeira, 2016) e ao planejamento participativo que efetive o reconhecimento das formas de produção da cidade informal (Maricato, 2002). Pensar a diferença exige complexificar até às últimas instâncias todo o universo simbólico que se apresenta no local no momento da investigação.

A diferença marca nosso território, visto a constituição da nossa urbanização segregadora, cuja atuação do Estado é a caminho da heterogeneidade na constituição de bairros homogêneos de segmentos sociais. As exposições desenvolvidas permitem dialogar com os dispositivos em atuação sócio-espaciais que constituem diferenças secundarizadas pelo campo do Planejamento Urbano, que carecem da tradição reflexiva das Ciências Sociais.

As crises epistemológicas sucessivas dos estudos urbanos demonstram um campo em constante transformação. A demanda do objeto urbano é interdisciplinar na necessidade de compreensão

do universo singular de cada território, constituído de práticas e cotidianidades que constituem seu espaço e suas espacialidades. Os sujeitos que vivem seus territórios, fazem-no a partir de sua visão de mundo e se relacionam com esses em uma apropriação subjetiva e transformadora – como Lefebvre (1999) lembra Hölderlin, o homem habita como poeta. Pensar os eixos de diferenciação no território – social, hierárquica, interseccional, positiva, contextual e sistêmica – se beneficia da sensibilidade advinda da inserção. Considerando que o espaço atua sob as identidades, qualificando-as e espacialmente situando-as, cada local é um novo referencial sobre como essas identidades, compostas de eixos de diferenciação, são expressadas e percebidas.

Argumenta-se que uma metodologia sensível para a leitura interseccional na análise do espaço, que contemple as dificuldades e as complexidades da realidade, pode ser encontrada no trabalho de Whyte (2005). A observação participante, nos moldes do autor, ao perceber a realidade a partir das identidades construídas e vivenciadas pelos próprios sujeitos, não parte de uma identidade central que vivencia a cidade para analisá-la, mas observa como as dinâmicas locais se organizam coletivamente a partir de seus próprios termos e de seus próprios sujeitos. A complexidade das dinâmicas estabelecidas entre um grupo social e seus territórios é alcançada através da sensibilização da diferença, permitindo o diálogo com seus membros, sentidos e territorialidades.

Referências

- Adler, P. A., Adler, P., & Johnson, J. M. (1992). Street Corner Society Revisited: New Questions About Old Issues. *Journal of Contemporary Ethnography*, 21(1), 3-10.
- Becker, H. (1996). A escola de Chicago. *Mana*, 2(2), 177-188.
- Brah, A. (2006). Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, 26, 329-376. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000100014>
- Brenner, N. (2018). *Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica*. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- Burgess, R.G. (1984). *In the Field: An Introduction to Field Research*. London and New York: Routledge.
- Caldeira, T. P. R. (2016). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34.
- Carneiro, S. (2023). *Dispositivo da Racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Coelho, M. C. (2010). Narrativas da Violência: a dimensão micropolítica das emoções. *Mana*, 16(2), 265-285. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132010000200001>
- Connell, R. (2016). *Gênero em termos reais*. São Paulo: nVersos.
- Cordeiro, G. I. (1997). *Um lugar na cidade*. Lisboa: Etnográfica Press. <https://doi.org/10.4000/books.etnograficapress.2255>
- Cordeiro, G. I. (2010). As cidades fazem-se por dentro: desafios de etnografia urbana. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 20/21, 111-121.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.
- Fanon, F. (2020). *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu Editora.
- Foucault, M. (2022). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Hall, P. (2016). *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. 4º ed. São Paulo: Editora Perspectiva SA.
- hooks, B. (2020). *Teoria feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Editora Perspectiva SA.
- Kapp, S. (2012). Uma tipologia de espaços cotidianos. *Risco Revista De Pesquisa Em Arquitetura E*

Urbanismo (Online), (15), 5-20. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v0i15p5-20>

Kowarick, L. (2000). *Escritos Urbanos*. São Paulo: Editora 34.

Lefebvre, H. (1999). *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Lopes, P. (2022). Deficiência na cabeça: convite para um debate com diferença. *Horizontes Antropológicos*, 28 (64), 297-330. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832022000300011>

Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, 22(3), 935–952.

Malinowski, B. (2014). *Argonauts of the Western Pacific*. London: Routledge.

Maricato, E. (2002). As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: O. Arantes, C. Vainer, Carlos & E. Maricato (Ed.), *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes.

Marins, P. C. G. (1998). Habitação e Vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In N. Sevcenko (Ed.), *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Oyěwùmí, O. (1997). *The invention of women: making an African sense of Western gender discourses*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Peirano, M. (2014). Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, 20(42), 377–391. <https://doi.org/10.1590/s0104-71832014000200015>

Pérez, P. T. (2018). Analizar la urbanización latinoamericana a partir de la heterogeneidad de modalidades de producción y consumo. *Risco Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo (Online)*, 16 (3), 45-62. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v16i3p45-62>

Raposo, O. (2014). Estética e sociabilidade entre os b-boys da Maré: driblando as fronteiras do tráfico. *Ponto Urbe (Online)*, 14. <https://doi.org/10.4000/pontourbe.1371>

Randolph, R. (2013). Em busca de uma agenda para o Planejamento Urbano e Regional: uma homenagem a Ana Clara Torres Ribeiro. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 15 (1), 11–31. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2013v15n1p11>

Ribeiro, A. C. T. (2002). O ensino do planejamento urbano e regional – propostas à ANPUR. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 4 (½), 63–73. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2002v4n1-2p63>

Ribeiro, A. C. T. (2007). A força do passado: nem tudo que é sólido desmancha no ar. In S. Feldman & A. Fernandes (Ed.), *O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios*. Salvador: EDUFBA.

Santos, M. (2007). *O espaço do cidadão*. São Paulo: Edusp.

Strathern, M. (2014). *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify.

Velho, G. (1981). *A Utopia Urbana: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: ZAHAR.

Whyte, W. F. (2005). *Sociedade de Esquina: A estrutura social de uma área urbana degradada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.